

A(O) ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) E COMISSÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022

Processo Administrativo nº 0327/2022

OBJETO: “O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa AQUISIÇÃO IMEDIATA DE RAIOS-X FIXO COM INSTALAÇÃO PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE”.

A **IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA (“IMEX MEDICAL”)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.255.403/0001-60, representada neste ato pelo seu representante legal, a seguir denominada simplesmente de IMPUGNANTE, vem através desta, tempestivamente, na forma da legislação vigente, ofertar:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Com fundamento no item 01 do Edital do certame supra identificado, o que faz pelos motivos de fato e direito que adiante passa a expor.

I – DA TEMPESTIVIDADE:

A presente IMPUGNAÇÃO é tempestiva, haja vista que, conforme estabelece o item 20.1 do Edital, a impugnação devem ser realizadas em até 03 (três) dias úteis antes que anteceder a abertura da sessão pública, que ocorrerá em 12/09/2022. Vejamos:

20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

Portanto, a presente impugnação deverá ser recebida pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio para que, na forma da lei, seja admitida, processada e, ao final, julgada procedente.

II – DAS INTIMAÇÕES:

Diante do Princípio da Publicidade requer que todos os atos do presente procedimento administrativo sejam encaminhados via e-mail à juridico@imexmedicalgroup.com.br e licitacao@imexmedicalgroup.com.br e/ou Carta Registrada ao endereço: Rua das Embaúbas, 601, Fazenda Santo Antônio, São José/SC - CEP 88.104-561, sob pena de nulidade de todos os atos processuais.

III – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

A IMEX MEDICAL registra de pronto que confia na lisura, imparcialidade, isonomia e razoabilidade a ser praticada no julgamento pelos Senhores(as) Pregoeiros(as) e Nobre Comissão deste certame, evitando assim a apreciação do mérito pelo Poder Judiciário.

IV – DOS FUNDAMENTOS TÉCNICOS:

A IMPUGNANTE através da análise do Edital observou que o presente certame possui itens/especificações que restringem a participação de mais empresas, impedindo a livre concorrência e consequentemente, trazendo maior onerosidade aos cofres públicos, uma vez que haverá restrição na participação das empresas concorrentes.

O Edital de licitação deve ter como base a escolha da proposta mais vantajosa à Administração Pública, acontece que o Edital está descrito de maneira a restringir a participação de outras empresas interessadas, aumentando a competitividade ao certame.

Diante disto, imperioso realizar a retificação/alteração/exclusão dos itens descritos no “ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA” referente ao equipamento “**Conjunto Radiológico Analógico**”, conforme segue abaixo:

- **ALTERAR DE:** Estativa: Vertical tipo Chão-mesa

PARA: Estativa: Vertical tipo Chão-mesa OU chão-chão.

JUSTIFICATIVA: para garantir a participação de maior número de concorrentes.

- **ALTERAR DE:** Rotação de $\pm 180^\circ$, para exposições no bucky mural e projeções oblíquas na mesa; retentores mecânicos nas posições 0° , $\pm 45^\circ$ e $\pm 90^\circ$

PARA: coluna com rotação de $\pm 90^\circ$ (total de 180°), para exposições no bucky mural e projeções oblíquas na mesa; retentores mecânicos nas posições 0° , $\pm 45^\circ$ e $\pm 90^\circ$.

JUSTIFICATIVA: Os equipamentos do tipo chão-chão são instalados utilizando um raio de 180° da sala, não justificando a solicitação de rotação da coluna em 360° , ou seja $\pm 180^\circ$ para cada lado. Desta forma para garantir a efetividade na solicitação e inclusão dos equipamentos de RX do tipo chão-chão solicitamos essa alteração.

- **ALTERAR DE:** Mesa com capacidade mínima para até 250 kg.

PARA: Mesa com capacidade mínima para até 200 kg.

JUSTIFICATIVA: A capacidade de peso sugerida é a mais usualmente solicitada no mercado, e que atende a maioria dos clientes/pacientes que serão atendidos. De toda forma, para atendimento bariátrico as especificações de mA, kV e potência nominal descritas nesse edital não estão condizentes com a necessidade de prestar um atendimento com imagens de qualidade radiológica compatíveis para laudo médico, visto que essas configurações não tem potencial de transpor estruturas com grande diâmetro de forma a sensibilizar a placa de fósforo garantindo uma imagem de qualidade em detalhes. Se o atendimento primordial for pacientes dessa magnitude será necessário uma configuração apropriada garantirá uma vida útil durável para o um tubo e uma imagem de qualidade radiologia durante essa vida

útil. Desta forma solicitamos alteração para melhor adequação, sem incorrer em direcionamento, já que não há justificativa técnica plausível para tal solicitação em edital.

- ALTERAR DE: Mesa com dimensões mínimas de 210 cm x 80cm;

PARA: Mesa com dimensões mínimas de 200 cm x 80cm;

JUSTIFICATIVA: a alteração é ínfima, apenas um fino ajuste a fim de garantir a participação de maior número de competidores com equipamentos que se equiparam.

- ALTERAR DE: Mesa com movimentos do tampo: Longitudinais de +-32 cm(total 64 cm);

PARA: Mesa com movimentos do tampo: Longitudinais de +-30 cm(total 60 cm);

JUSTIFICATIVA: Além da alteração ser ínfima o deslocamento sugerido trará maior acessibilidade para a sala de exame, sem limitação na obtenção das incidências radiográficas, visto que os equipamentos atuais possuem, em sua configuração, movimentações diversas, as quais ampliam as possibilidades e customizam espaço físico sem limitação na centralização da estrutura anatômica a ser radiografada. A alteração requerida não trará limitação na realização de exames em mesa, no mural ou fora deles

- ALTERAR DE: Produto mA x tempo de até 630 mAs ou maior;

PARA: Produto mA x tempo de até 500 mAs ou maior;

JUSTIFICATIVA: como foi solicitado corrente de 500mA e como o mAs é o produto da corrente de mA com o tempo (s), para garantir maior estabilidade na geração de fótons, é aconselhável que o produto da corrente de mAs seja igual o menor que a corrente propriamente dita. Sendo assim solicitamos a devida alteração.

- ALTERAR DE: Estativa: Vertical tipo Chão-mesa; Movimentos com o tubo de raios-x: com deslocamento longitudinal mínimo de 190 CM ou maior

PARA: Estativa: Vertical tipo Chão-mesa; Movimentos com o tubo de raios-x: com deslocamento longitudinal mínimo de 180 CM ou maior,

- ALTERAR DE: Seleção automática: 100 - 240 V - 50/60 Hz

PARA: Seleção automática: 240 V OU 380V- 50/60 Hz

JUSTIFICATIVA: equipamento de RX fixo nessa magnitude com alimentação elétrica 100 só com carga capacitiva. A alteração se faz necessário para garantia a livre competição sem direcionamento.

SOLICITAR ESCLARECIMENTO

DESCRIPTIVO:: para exposições no bucky mural e projeções oblíquas na mesa; retentores mecânicos nas posições 0°, ±45° e ±90°

DÚVIDA: o termo se refere a coluna? caso seja positivo vale informar que a rotação em questão difere da rotação solicitada para a coluna de ±180° (total de 360°) e corrobora para a nossa solicitação de alteração da rotação da coluna de ±90° (total de ±180°).

As modificações/alterações solicitadas acima servem para aumentar a participação de empresas interessadas no processo, pois as mesmas **NÃO ALTERAM A QUALIDADE DIAGNÓSTICA DO EQUIPAMENTO**, tampouco a sua acurácia e precisão.

V – DOS FUNDAMENTOS DE DIREITO:

Solicitamos o aceite das modificações porque não interferem na qualidade do exame, nem no seu manuseio, não causando nenhuma perda ao operador médico e nem ao paciente. Além disso, estas mudanças nas características também auxiliam a Administração Pública e agregará ganho sócio econômico ao pleito, pois caso não seja acatado somente restringirá a participação de mais empresas no certame, diminuindo a concorrência.

Se apenas uma empresa pode oferecer o equipamento exigido, há visível vedação a participação de outras empresas, com características semelhantes ou superiores ao do equipamento exigido podendo inclusive ofertar o menor preço, frustrando o princípio da igualdade.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União (“TCU”) já decidiu:

Súmula 177. [...] Inclua a definição de todos os itens que compõem os serviços licitados de forma sucinta e clara, **permitindo que todos os licitantes concorram em igualdade de condições**, conforme o previsto no art. 3º e inciso I do art. 40 da Lei nº 8.666/1993.

Diante disto, não pode a Administração Pública favorecer determinadas empresas em desfavor de outras, pois restringe o melhor preço que poderá vir a ser praticado no momento da oferta de lances.

O artigo 3º, parágrafo primeiro, inciso I da Lei nº 8.666/93 estabelece o seguinte:

Artigo 3º, § 1º: É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, **restringam ou frustrem o seu caráter competitivo** e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes **ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato**” (grifos nossos)

O artigo 3º, §1º da Lei 8666/93 positiva o princípio da competitividade. Este importante princípio implementa o princípio da igualdade ao vedar que o administrador público estabeleça regras ou condições no ato convocatório do certame que, por serem dispensáveis ou desproporcionais acabem por excluir potenciais competidores, comprometendo, restringindo ou frustrando o seu caráter competitivo.¹ E isso porque é a competição que proporciona a obtenção da proposta mais vantajosa pela Administração. E para que esse objetivo possa ser alcançado, é indispensável oportunizar o acesso à competição do maior número possível de licitantes.

Em razão de uma imposição legal, ao tomar conhecimento da existência de cláusula editalícia impertinente/irrelevante capaz de comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, o

¹ CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 27ª edição. São Paulo: Atlas. 2014. p.249.

administrador público, no exercício do seu poder-dever de autotutela, deverá retificar o ato convocatório a fim de excluir ou retificar as cláusulas eivadas de vício de legalidade, sob pena de manutenção de sua nulidade.

O artigo 7º, § 5º da Lei nº 8.666/93, traz expressa vedação de marca específica:

Nesse sentido, o artigo 7º, § 5º da 8.666/93, traz ainda a vedação de marca específica:

É **vedada** a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços **sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas**, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório. (grifos nossos)

O renomado doutrinador Hely Lopes Meirelles, também nos ensina a respeito:

A igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, que através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desiguale os iguais ou iguale os desiguais. **O desatendimento a esse princípio constitui a forma mais insidiosa de desvio do poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela qual o Judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou o favoritismo administrativo, sem nenhum objetivo ou vantagem de interesse público.** MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 27. ed Ed. Malheiros Editores. São Paulo:2002. pg. 262

Caberá à Administração, na fase interna antecedente à própria elaboração do ato convocatório, avaliar os requisitos necessários, restringindo-se ao estritamente indispensável a assegurar um mínimo de segurança quanto à idoneidade dos licitantes.” **“Um dos caracteres mais marcantes da Lei nº 8.666 foi a redução da margem de liberdade da Administração Pública nesse campo e a limitação do âmbito das exigências. Buscou evitar que exigências formais e desnecessárias acerca da qualificação técnica constituam-se em instrumento de indevida restrição à liberdade de participação em licitação.**

(...) Para mitigar tal risco, é indispensável atentar para a lição contida no Acórdão 2.383/2014-TCU-Plenário, no sentido de que, **em licitações para aquisição de equipamentos, havendo no mercado diversos modelos que atendam completamente as necessidades da Administração, deve o órgão licitante identificar um conjunto representativo desses modelos antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, de modo a evitar o direcionamento do certame para modelo específico e a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado**”.

Nada poderá ser decidido além do constante no Edital. A descrição do objeto da licitação contida no edital não pode deixar margem a qualquer dúvida nem admite complementação a posteriori. Entre a opção de uma descrição sucinta e uma descrição minuciosa, não pode haver dúvida para a Administração Pública. Tem de escolher a descrição completa e minuciosa. **Certamente, a descrição deve ser clara. Mas “minúcia” não significa “obscuridade”. Se a descrição do objeto da licitação não for completa e perfeita, haverá nulidade** [...] São os princípios norteadores da licitação a “vinculação ao edital” e o “julgamento objetivo”. (JUSTEN FILHO, ano 2003, p. 217)

O doutrinador Marçal Justen Filho² destaca também que “O edital deverá subordinar-se aos preceitos constitucionais e legais. Não poderá conter proibições ou exigências que eliminem o exercício do direito de licitar, importem distinções indevidas ou acarretem preferências arbitrárias”. (SIC)

Portanto, o Administrador Público responsável por este certame, deverá retificá-lo, no exercício de seu poder-dever, alterando os itens apontados na presente impugnação, eis que frustram o caráter competitivo do certame.

VII – DOS PEDIDOS

Pelo exposto, em face dos princípios e regras que norteiam a atuação da Administração Pública, requer que a presente **IMPUGNAÇÃO**, frente a visível afronta ao Princípio da Igualdade e Competitividade, seja conhecida e julgada **PROCEDENTE** para que:

- a) O presente certame seja SUSPENSO para as devidas adequações de direito, e ato contínuo;
- b) Sejam sanadas as irregularidades apontadas do Edital em epígrafe, quais sejam:
 - (i) Retificar/excluir as exigências de especificações restritivas de competição apontadas na fundamentação retro; e
 - (ii) Excluir ainda qualquer cláusula que viole competitividade e a isonomia dos licitantes, conforme fundamentação.
- c) De qualquer decisão proferida sejam fornecidas as fundamentações jurídicas da resposta e todos os pareceres jurídicos e técnicos a este respeito;

Por fim, a IMPUGNANTE deixa claro que visualizada de forma clara o seu Direito Líquido e Certo neste Processo Administrativo, confiando no julgamento de forma justa, razoável e legal para se evitar a busca pelo Poder Judiciário.

Nesses termos,

Pede e aguarda deferimento.

São José/SC, 05 de setembro de 2022.

IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA

² MARÇAL JUSTEN FILHO, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª Edição. Pg. 474.